

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Ata N.º 2/2020

Pelas 15 horas do dia 5 de junho de 2020, no Cineteatro Francisco Ventura, em Gavião, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Gavião, contando com as seguintes presenças: Paulo Manuel Alfaiate Pires, Isabel Maria Dias Martins, Maria Hermínia da Conceição Louro, António José Teixeira Gueifão Estevinha, Júlio Manuel Espadinha Churro Catarino, Mónica Mota Marques, Daniel Manuel de Oliveira Tomás, Ana Rita Delgado Valério, Ana Paula Almeida Guerreiro Pio, Sílvia Tibúrcio da Palma, Paulo Jorge Serra dos Santos, Anselmo António Serra dos Santos Fura, Abílio Flores Mendes, Paulo José E. Vitoriano de Matos, Germano Manuel Baptista Porfírio, Martina Pires Marcelino de Jesus, Carlos Manuel de Matos Alexandre e José Manuel Praia Neves. -----

Registou-se a ausência do deputado municipal Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês, que solicitou a suspensão do mandato, a apreciar pelo órgão no decorrer da presente sessão. -----

Compareceu o senhor presidente da câmara, José Fernando da Silva Pio, o senhor vice-presidente, António Severino e os senhores vereadores Jorge Santos e Graciosa Chambel. -----

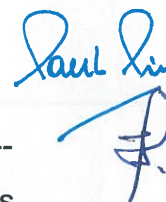
Registou-se também a presença da senhora chefe da divisão financeira, Sandra Simões, para apoio à apresentação do inventário e prestação de contas. -----

Antes de iniciar a ordem de trabalhos, e nos termos do artigo 50.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o senhor presidente da assembleia propôs a inclusão de três novos pontos na ordem de trabalhos: -----

PONTO TREZE = apreciação do pedido de suspensão de mandato do deputado Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês; -----

PONTO CATORZE = emissão de declaração de reconhecimento de interesse público municipal da instalação de centrais fotovoltaicas; -----

PONTO QUINZE = apreciação e eventual aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal 2020; -----



O anterior ponto treze - diversos, passaria a ser o ponto dezasseis. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio, cumprimentando todos os presentes e manifestando o seu desacordo com a inclusão do pedido de suspensão do mandato apresentado pelo deputado Carlos Arês na ordem proposta. Na sua opinião, o assunto deveria ser tratado no início, porque assim o grupo municipal respetivo ficaria com menos um elemento. -----

O senhor presidente da assembleia esclareceu que foi solicitado um parecer jurídico acerca do pedido de suspensão de mandato, tendo sido informado que compete ao órgão aceitar a suspensão requerida. Sem que tal ocorra, não poderá ser convocado o substituto. Se for aprovado, o cidadão que lhe segue na respetiva lista, será convocado para tomar posse como membro efetivo desta assembleia, na próxima sessão. -----

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração proposta. -----

Por conterem matéria com carácter de urgência foram aprovados em minuta os conteúdos que integram os pontos **quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, treze, catorze e quinze** da ordem de trabalhos. -----

O senhor presidente da mesa da assembleia, Paulo Manuel Alfaiate Pires, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão. Salientou que a sessão se realizou num espaço pouco habitual e com uma configuração que assegurava o distanciamento recomendado pela Direção Geral de Saúde, face à pandemia do COVID-19. Referiu que a presente sessão cumpriu a calendarização habitual, embora não se tenha realizado a sessão ordinária de abril. A legislação enquadradora do estado de emergência salvaguardou esse facto, alargando o prazo para aprovação da prestação de contas até 30 de julho. A assembleia municipal recebeu também comunicação da Associação Nacional de Assembleias Municipais recomendando que a sessão de abril não se realizasse. Ainda ponderou a hipótese de realizar a sessão via zoom, mas não estava reunida a informação e documentação necessários para que decorresse com eficácia. Assim, a ordem de trabalhos da presente sessão incluiu os assuntos habitualmente apreciados em duas sessões. -----

De seguida explicou que, as atas das reuniões do executivo municipal realizadas nos meses de fevereiro a maio de 2020, contêm inúmeros assuntos importantes, que já foram anteriormente apresentados e discutidos. -----

Na ata da reunião realizada em 5 de fevereiro, destacou a atribuição de subsídios às associações, para atividades diversas. Pediu permissão para falar em causa própria, fruto de 30 anos de atividade associativa no concelho de Gavião. Afirmou que lhe pareceu pouco elegante, da parte do senhor vereador Eduardo Pereira, afirmar após a deliberação do apoio ao Grupo de Cantares Terras de Guidintesta que o município deveria incrementar, junto das associações, o espírito de iniciativa para angariar fundos. Considerou que, se a recomendação era dirigida a todas as associações, não deveria constar na ata logo após a referência ao Grupo de Cantares. Salientou que a participação do grupo nas diversas edições da “Europeade” teve sempre inerente o contributo financeiro de cada um dos seus membros. Frisou que seria inviável a participação suportada apenas pelos 9 mil euros atribuídos pelo município, como era o caso do presente ano. Para além do contributo referido, o Grupo de Cantares realiza, habitualmente, diversos espetáculos pagos, que constituem receitas próprias. Referiu ainda que outros grupos realizam igualmente atividades para angariação de fundos. A Banda Juvenil participa na Mostra de Artesanato e Gastronomia e o Orfeão da Comenda no “Beat Fest”, por exemplo. Salientou que o senhor vereador Eduardo Pereira “dá lições de moral”, mas não tem qualquer participação no movimento associativo do concelho de Gavião. -----

Na ata da reunião realizada em 15 de abril, evidenciou o conjunto de apoios que o Município de Gavião disponibilizou aos munícipes no âmbito do COVID-19. -----

Na ata da reunião realizada em 6 de maio, para além de mais medidas de apoio no âmbito do COVID-19, destacou a referência ao grande volume de obras de responsabilidade do município que decorre. -----

De seguida, o senhor presidente da assembleia questionou se algum deputado municipal pretendia intervir. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio para questionar por que motivo não foi realizada a sessão da assembleia municipal na Casa do Povo, em vez do cineteatro, considerando que aquele local reunia melhores condições para o efeito. -----

O senhor deputado António José Estevinha interveio recordando que comemorar o 25 de Abril é um imperativo histórico, importante que deve ser



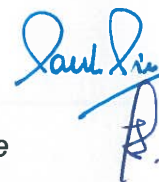
preservado na nossa memória coletiva. Deixou uma palavra de apreço pela forma diferente, mas muito digna e responsável, como o executivo municipal este ano, assinalou essa data. -----

O senhor presidente da câmara cumprimentou todos os presentes. Salientou que não lhe competia a defesa do vereador Eduardo Pereira, mas tinha que salientar que a intervenção não era dirigida a nenhuma associação em particular, mas a todas no geral. Referiu que a apreciação tinha sido corroborada pelos restantes membros do executivo. Reconheceu que há, no concelho, associações que se limitam a pedir subsídios ao município e não realizam qualquer receita. Afirmou pensar que a intervenção do senhor vereador tinha sido nesse sentido. Salientou ainda que foi alterada a concessão dos apoios e o subsídio no valor de 1.000 euros habitualmente concedido a todas as coletividades com sede própria deixou de ser atribuído. –

O senhor presidente da assembleia municipal, em resposta ao senhor deputado Paulo Matos afirmou que a mesa da assembleia municipal, em articulação com o senhor presidente da câmara tinha decidido realizar a sessão no Cineteatro Francisco Ventura, por considerar que o local tinha melhores condições para o efeito, especialmente em termos de conforto para os deputados municipais. -----

PONTO UM = apreciação e eventual aprovação da ata da sessão anterior; -

O senhor presidente da assembleia começou por informar que recebeu, naquela data, um email do senhor deputado Paulo Matos contendo um conjunto de observações acerca da ata em apreço. Afirmou que não pretendia colocar em causa a opinião de cada um dos membros, desde que haja respeito pelo órgão e pela Lei. Salientou ainda que tem de haver bom-senso e, na sua opinião, neste mandato tem havido e gostaria que assim continuasse. Apesar de estarmos num órgão político, considerou que o mais importante deve ser sempre o bem-estar dos munícipes e o progresso do concelho. Focou que uma das críticas que têm sido recorrentes por parte do senhor deputado Paulo Matos são as atas das sessões. Sublinhou que, obviamente, não são transcritas todas as palavras, porque tal é humanamente impossível de concretizar, salvo se existir algum meio eletrónico de gravação. Lembrou que tal prática é ilegal neste órgão, porque não foi aprovado pelos seus membros. Leu o n.º 1 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro “ De



cada sessão ou reunião é lavrada ata, a qual contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da sessão ou reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.” Afirmou que compete à primeira-secretária proceder à redação da ata, resumindo o que de essencial se tenha passado e pensa que tal tarefa é realizada de forma eficaz. Referiu que há expressões e detalhes nas conversas que não têm interesse para o município ou para os munícipes, por isso algumas das expressões referidas pelo senhor deputado não constam na ata. Salientou ainda que serão considerados todos os pedidos de alteração que traduzam aspetos importantes. -----

O senhor deputado Paulo Matos afirmou concordar na íntegra. É fundamental que haja bom-senso. Salientou que têm havido ataques pessoais à sua pessoa e pediu ao senhor presidente da assembleia que defenda os deputados. Focou que os deputados têm dúvidas e divergências políticas, mas o mais importante são as pessoas. Considerou que as sessões deviam ser gravadas, mas ele não o faz. Afirmou que consegue fazer a transcrição do que diz, porque teve formação para o efeito. -----

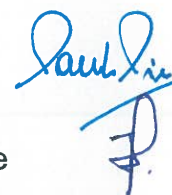
A senhora primeira-secretária interveio para sublinhar que não autoriza a referência à sua pessoa ou ao seu nome em blogs pessoais ou redes sociais dos restantes deputados. -----

De seguida, o senhor presidente da assembleia colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. Colocada a votação foi aprovada por maioria, com a abstenção da deputada municipal Rita Valério, por não ter estado presente na respetiva reunião; bem como do deputado Paulo Matos. -----

PONTO DOIS = informação sobre a atividade do município e a situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

A senhora segunda-secretária leu o relatório de atividades, entregue pelo senhor presidente da câmara. -----

De seguida, o senhor presidente da câmara apresentou o resumo diário de tesouraria relativo ao dia 5 de junho de 2020, que apresentava um saldo de



1.120.774,53€ (Operações Orçamentais – 988.106,22€ e Operações de Tesouraria – 132.967,93€). -----

O senhor presidente da câmara sublinhou que, pese embora o enorme volume de obras que decorre no concelho, a situação financeira mantém-se estável e controlada, estando reunidas as condições para continuar as obras. Informou ainda que os valores apresentados não incluem a transferência do FEF e que os subsídios de férias já foram pagos a todos os funcionários. -----

PONTO TRÊS = Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;

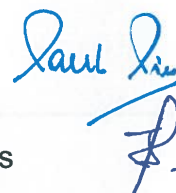
O senhor presidente da assembleia fez o enquadramento legal e apresentou o relatório remetido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gavião. Salientou que em 2019 foram iniciados 15 processos e transitaram 10 processos de 2018; dos quais 20 foram arquivados e 5 transitaram para 2020. Relativamente à localização geográfica, 6 processos eram crianças/jovens da freguesia de Belver; 5 crianças/jovens da freguesia de Comenda; 10 da União das Freguesias de Gavião e Atalaia; 3 da freguesia de Margem. Dezasseis crianças/jovens eram do sexo masculino e 9 do sexo feminino. Quanto à idade: registaram-se 2 casos dos 0 aos 5 anos, 5 casos dos 6 a 10 anos, 8 casos dos 11 aos 15 anos, 10 casos dos 16 aos 25 anos. Relativamente às medidas aplicadas, 12 apoio junto dos pais, 2 apoio junto de outro familiar, 12 sem medida aplicada. -----

De seguida informou que o senhor deputado Paulo Matos questionou a CPCJ sobre a atividade desta, no período em que a escola tem as aulas presenciais suspensas. Esclareceu que a resposta foi remetida ao presidente da mesa da assembleia, para esclarecimento de todos os deputados municipais, acerca da atuação da CPCJ durante o período de confinamento obrigatório. No referido email foi informado que sendo as CPCJ entidades que prestam serviço público de carácter prioritário, a sua atividade protetiva é um imperativo para a garantia dos direitos das crianças e jovens, pelo que o seu funcionamento deve ser cabalmente assegurado, em todos os cenários. Neste sentido, a CPCJ de Gavião, no respeito pelas determinações governamentais e pelas informações emanadas pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (ofício circular nº 04/2020 e recomendações complementares), adotou os seguintes procedimentos: divulgação de comunicado (afixação na porta das instalações e divulgação na página do

facebook) à população, com informação dos meios disponíveis (telemóvel e e-mail) para contactar a CPCJ de Gavião, assim como do regime de atendimento permanente; divulgação, na página de facebook da CPCJ de Gavião, de “dicas” de parentalidade positiva, do site lúdico-pedagógico “coronakids.pt” da DGS; de alertas para os riscos/perigos da internet e da linha telefónica para denúncia de violência a crianças e jovens criada pela Comissão Nacional, que, à data de divulgação do comunicado, ainda não se encontrava disponível; realização de contactos sistemáticos com as famílias acompanhadas, através do telefone ou por videoconferência, e, presencialmente, sempre que a urgência da situação o exigiu. Apesar de, no período de confinamento, ter sido suspenso o contacto presencial com o público/famílias, a CPCJ esteve disponível para efetuar contactos decorrentes de diligências consideradas urgentes (e.g., visita domiciliária, aplicação de medida de acolhimento residencial, entre outras), atuando, nestes casos, de acordo com as medidas de segurança indicadas pela DGS; foi assegurada a atividade protetiva (realização de reuniões e atividade processual), recorrendo ao regime de teletrabalho e videoconferência; foi articulado com as entidades com competência em matéria de infância e juventude, nomeadamente Município de Gavião; Agrupamento de Escolas; GNR (Posto Territorial de Gavião, Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário e Escola Segura); Segurança Social; APAV; Centro de Saúde; Juntas de Freguesia; Equipa Local de Intervenção Precoce, entre outras. Atualmente, o contacto presencial com o público/famílias foi retomado, respeitando-se todas as normas de segurança veiculadas pela DGS. -----

O senhor presidente da assembleia reforçou a comunicação da comissão, evidenciando que as CPCJ têm tido um papel ainda mais importante, neste contexto, do que teriam com as aulas a decorrer. Referiu ainda que a escola, neste momento, está desprovida da componente social, que é fundamental para as crianças e jovens. O confinamento obrigatório comprovou que os alunos que têm pais interessados progridem. O desinteresse dos pais reflete-se nos resultados dos alunos e estas situações têm vindo a agravar-se. -----

Para essas crianças, o contacto com os docentes, não docentes e colegas é fundamental. Informou ainda que, desde o dia 14 de abril, o agrupamento tem tido sessões síncronas. Há um plano que está publicado na página do



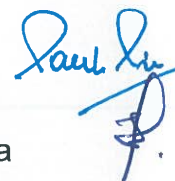
agrupamento e que tem merecido a aceitação da generalidade dos encarregados de educação. -----

O senhor deputado Paulo Matos esclareceu que a sua questão à CPCJ foi colocada exatamente face à falta de contacto social das crianças. Receia que haja problemas, especialmente nas freguesias fora da sede de concelho. Manifestou o seu agrado pela disponibilização, por parte do município, de computadores aos alunos que não dispunham dos mesmos. -----

PONTO QUATRO = apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas – 2019, nos termos da alínea I) do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O senhor presidente da assembleia municipal referiu que a documentação em apreço foi previamente remetida a todos os deputados municipais. -----

De seguida passou a palavra ao senhor presidente da câmara que começou por pedir desculpa por não realizar a apresentação dos documentos nos moldes habituais, com a projeção de uma apresentação. Informou que antes do início da sessão foi testada a apresentação, tendo-se verificado que o reduzido tamanho dos números não permitia a sua leitura. Sublinhou que a documentação não foi remetida mais cedo, porque as Revisoras Oficiais de Contas tiveram dificuldade em dar resposta às solicitações dos serviços municipais. A remessa da documentação ocorreu até à data de realização da reunião do executivo. Mas o executivo municipal tem confiança nos serviços municipais e está preocupado apenas com a causa pública, visando sempre o melhor para o concelho. Agradeceu à senhora chefe da divisão financeira, pelo empenho e responsabilidade, coordenando os serviços para elaborarem documentos complexos, mas de fácil leitura, dando uma resposta eficaz num curto espaço de tempo, com todos os constrangimentos causados pela pandemia do COVID-19. Afirmou que se registou um excelente desempenho financeiro, apesar de se ter verificado um resultado líquido negativo. Podia ter “mascarado” os números, mas existe uma explicação de fácil entendimento. As verbas investidas nos fornos comunitários, não tiveram qualquer impacto no património municipal, porque o terreno onde foram construídos os fornos são propriedade privada e não propriedade municipal. Salientou que quem passa



no concelho de Gavião verifica a elevada dinâmica. Está em conclusão a obra da área de serviço de auto-caravanismo. Decorre a obra de melhoria do comportamento térmico da piscina coberta e terá início brevemente a obra de ordenamento de trânsito da Rua 23 de Novembro, que foi adjudicada a uma empresa do concelho (URBIGAV) através de concurso público. Também a obra dos esgotos da Torre Cimeira e Torre Fundeira teve financiamento aprovado e vai ocorrer uma reunião extraordinária do executivo para adjudicação da obra. Encontram-se também reunidas as condições para adjudicar a obra de reabilitação do edifício do antigo seminário e da antiga Casa do João Ascensão e da envolvente. Muito brevemente terá início a execução da Alameda das Tílias, na freguesia de Comenda e do parque de feiras e zona de lazer em Vale de Gaviões, freguesia de Margem. Também irá evoluir o prolongamento do Passadiço do Alamal, através do PR8 “Rota da Sirga”, que ligará com o PR2, com zonas em terra, passadiços de madeira e 6 pontes também de madeira. Referiu também que no decorrer do ano económico de 2019 decorreram de forma muito digna as comemorações do 500.º aniversário da atribuição do foral a Gavião, que contou com a presença da senhora Ministra da Coesão Territorial e que incluiu um programa da RTP para divulgação do concelho, com especial enfoque no turismo. Sublinhou que o município terminou o ano com uma redução da dívida e com uma estabilidade financeira invejada por muitos municípios. Também no ano em apreço, o município aumentou significativamente os seus recursos humanos, com a regularização de precários e com o recrutamento de novos funcionários. Entretanto houve a aposentação de alguns trabalhadores municipais e o executivo está atento e desperto para todas as consequências do COVID-19. Informou ainda que, em 2020, já foram alocadas verbas avultadas para o combate à pandemia, mas não tem sido fácil acorrer a todas as necessidades. Informou que uma das consequências da pandemia foi o encerramento de dois restaurantes no concelho: o restaurante “Sabores de Guidintesta” em Belver e o restaurante “O Moinho” em Gavião. A freguesia de Belver ficou deficitária, com apenas um restaurante, mas também Gavião precisa de mais oferta de restauração. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu a informação prestada e deu a palavra aos senhores deputados. -----

O senhor deputado António José Estevinha interveio, parabenizando os



funcionários municipais pela elaboração deste conjunto de documentos técnicos, com a competência que é reconhecida por todos. Afirmou que retrata de forma fidedigna a situação patrimonial e financeira do Município de Gavião. Não obstante o facto de o resultado líquido no ano transato ser negativo, é um valor residual, não belisca em nada o equilíbrio e saúde financeira do município. Referiu ainda que outros rácios estão em linha com os anteriores anos e a capacidade de endividamento é enorme. O município tem uma elevada quantidade de obras em curso em paralelo. Elogiou a dinâmica de investimento que o executivo tem demonstrado. Claro que, tendo agora um novo dado na equação, de incerteza latente, a pandemia covid, tal como nas famílias e empresas, o executivo terá de ser ainda mais criterioso nos seus gastos. Afirmou saber que assim será, porque conhece bem o executivo e a praxis do PS na governação do seu concelho. -----

O senhor deputado Paulo Matos começou por afirmar que, em relação à prestação de contas de 2019, gostaria de dar os parabéns ao executivo, porque pela primeira vez receberam o relatório dos oficiais de contas, com as próprias contas. Em relação aos documentos, salientou que não desconfia da qualidade técnica dos mesmos, nem nunca o fez. Sublinhou que a sua apreciação seria meramente política. Referiu que a atualização das rubricas do imobilizado continua em curso. Em relação às contas, acha que se deve sempre ter em atenção que podem sempre surgir riscos e o COVID foi só mais um. Apesar de o resultado ser negativo, face a outras autarquias do país, é um resultado bastante bom. Ainda assim há rubricas que requerem algum esclarecimento. Referiu que as imobilizações incorpóreas tiveram um aumento de 35 mil euros e os depósitos bancários tiveram uma redução de quase 400 mil euros. A liquidez é curta. As dívidas de terceiros também aumentaram. Com o elevado número de obras a decorrer pode haver situações de stress. O COVID trouxe o cancelamento da atividade cultural, com prejuízo para a economia local mas acabou por trazer alguma poupança benéfica para o município. Assegurou que percebe a importância da renovação dos recursos humanos, mas em 2019 registou-se um aumento de cerca de 40%, uma vez que entraram 30 novos trabalhadores. Salientou que estes riscos perduram no tempo e não sabemos se as transferências vão acomodar isso. -----



A senhora deputada Mónica Marques alertou para a perigosidade de alguns locais do Passadiço do Alamal e deixou sugestão para reforço da segurança, com a colocação de cordas por exemplo. -----

O senhor presidente da câmara começou por responder à deputada Mónica Marques, informando que ele próprio acha que há locais perigosos no passadiço. Assegurou que todos os percursos pedestres do concelho são monitorizados pela Federação Portuguesa de Montanhismo. Referiu que os utilizadores dos PR também têm de ter cuidados e a colocação de cordas é totalmente desaconselhada, especialmente por causa das crianças. Mas os serviços municipais estão atentos e se for necessário será realizada alguma intervenção. -----

Agradeceu as palavras elogiosas do deputado António José Estevinha. -----

Em resposta ao deputado Paulo Matos, informou que os recursos humanos aumentaram cerca de 25% o que corresponde a um aumento de 38% de despesa. Alertou para as novas competências e os serviços cujas obras decorrem leva á necessidade de novos recursos humanos, por exemplo a piscina, a incubadora de empresas, o museu dos carros de atrelagem, o futuro museu da banda, etc. Para além disso ocorreram recentemente as aposentações da chefe de serviços no agrupamento de escolas e de um coordenador técnico do município, e num futuro próximo também haverá outras aposentações. Quanto à questão do imobilizado, não considera importante e as comparações com outras câmaras também não. Deu o exemplo do ranking do anuário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, que não considera relevante. Para ele, o fundamental é o bem-estar da população do concelho. Referiu que a atualização do imobilizado não está executada na totalidade, mas decorre e isso é o mais importante. O facto dos pagamentos só cobrirem 68% é um reflexo da decisão de pagar tudo o que estiver em condições de ser pago. Só não é pago aquilo que não tem mesmo condições para tal. Referiu ainda que no final de 2019 houve alguns autos de medição de obras, financiadas, que não foram pagos. Assegurou que neste momento, a CCDR faz os pagamentos atempadamente. Os pagamentos estão a ser realizados num prazo de 15 dias e apenas a cooperação transfronteiriça regista algum atraso nos pagamentos. -----



O senhor deputado Paulo Matos agradeceu os esclarecimentos prestados, que responderam de uma forma global a todas as suas questões. Questionou se havia mais informações sobre os fundos comunitários. -----

O senhor presidente da câmara informou que na reprogramação dos fundos comunitários, haverá candidaturas que serão reafectadas às necessidades do município. Esclareceu que, por exemplo, na obra da Rua 23 de Novembro, o POISE não financiou a intervenção dentro da escola e a mesma será submetida a candidatura à reprogramação da CIMAA, sendo expectável que ainda este mês haja uma decisão. Existem outras situações semelhantes, mas são valores mais residuais. Esclareceu que há municípios que não conseguiram executar as obras das candidaturas aprovadas e há a possibilidade de outros municípios se candidatarem à reprogramação e candidatar custos que não foram elegíveis. -----

Depois de apresentados os documentos, pelo senhor presidente da câmara, foram colocados os mesmos a votação tendo sido deliberado: -----

- Apreciar favoravelmente o **inventário** de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. Aprovado por unanimidade. -----

- Aprovar a **prestação de contas**, cujos resultados líquidos foram de – 67.756,37 €. Em virtude do resultado líquido ser negativo a aplicação na Conta 571 – Reservas Legais: 0,00€; Conta 59 – Resultados Transitados: - 67.756,37€. Aprovado por unanimidade. -----

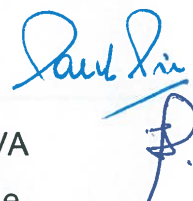
PONTO CINCO = ratificação da 1.ª revisão ao Orçamento 2020 e GOP; -----

O senhor presidente da câmara salientou que a determinação do estado de emergência, motivado pela pandemia do COVID-19, salvaguardou a possibilidade de remeter a revisão orçamental ao presidente da mesa da assembleia municipal, para posterior ratificação. Explicou que foi motivada pelas despesas inerentes à pandemia, nomeadamente EPI, camas de campanha e outros equipamentos. -----

Colocados a votação, a assembleia municipal deliberou por unanimidade, ratificar a **aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento 2020, no valor de 33.000,00€, e às GOP no valor de 0,00€.** -----

PONTO SEIS = apreciação da 4.ª alteração ao Orçamento 2020 e GOP; -----

Conforme determinado pela Direção-Geral das Autarquias Locais, através de nota informativa, a propósito da inscrição orçamental da classificação



económica da receita e a verba inerente à participação na receita do IVA cobrado nos setores de alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás; a assembleia municipal **tomou conhecimento da 4ª alteração ao Orçamento 2020, no valor de 65.371,56€, e às GOP no valor de – 58.500,00€.** -----

O senhor deputado Paulo Matos questionou quais as GOP que foram deferidas no tempo. Perguntou especificamente sobre o Museu de Mouzinho da Silveira, na freguesia de Margem. -----

O senhor presidente explicou que foram retirados valores a algumas obras, mas as mesmas não serão deferidas no tempo. Assegurou que se houver possibilidades de financiamento para essas obras, as mesmas serão concretizadas. Relativamente ao Museu de Mouzinho da Silveira, informou que já está pensada a localização para o mesmo. -----

PONTO SETE = ratificação da autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais; -----

- Recolha e transporte a destino final de resíduos urbanos, resíduos volumosos fora de uso e lavagem e desinfeção de contentores na área do concelho de Gavião. Despesa prevista para 2020 – 62.543,60€, 2021 – 125.087,17€ e para 2022 – 62.543,60€. Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de serviços de internet + voz sob ligação de Fibra Ótica, a contratar a “Blu, S.A.”. Despesa prevista para 2020 – 4.342,00€, 2021 – 8.010,99€, 2022 – 8.010,99€ e para 2023 – 2.670,33€. Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de serviços para o “transporte de monstros verdes e RCD – lote 2 RCD (resíduos de construção e demolição), a contratar a “Pragosa Ambiente, S.A.”. Despesa prevista para 2020 – 4.958,20€, 2021 – 7.438,39€ e para 2022 – 2.479,47€. Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de serviços de higiene e segurança no trabalho, a contratar a “Interprev, S.A.”. Despesa prevista para 2020 – 2.547,50€, 2021 – 5.095,00€ e para 2022 – 2.547,50€. Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de garrafas de gás e serviços de inspeção a instalações de gás em regime continuado, a contratar a “Gravilha & Abreu, Lda”. Despesa prevista para 2020 – 6.526,21€ e para 2021 – 5.251,83€. Aprovado por unanimidade. ---

- Fiscalização da empreitada de requalificação do edifício sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, incluindo arranjo paisagístico da envolvente. Despesa

prevista para 2020 – 13.694,97€, 2021 – 41.084,90€ e para 2022 – 3.423,73€.

Aprovado por unanimidade. -----

- Aquisição de combustíveis rodoviários pelo período de 24 meses, a contratar a “Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.”. Despesa prevista para 2020 - 112.504,90€, 2021 – 192.864,00€ e para 2022 – 80.359,10€. Aprovado por unanimidade. -----

- Participação no projeto “Empreitada de Reabilitação do Edifício Sede da CIMAA”. Despesa prevista para 2020 – 13.724,57€ e 2021 – 23.385,43€. Aprovado por unanimidade. -----

- Recalendarização da aquisição de diverso material promocional/divulgação, a contratar a “Impritejo, Lda”. Despesa prevista para 2020 – 23.612,13€ e para 2021 – 37.601,32€. Aprovado por unanimidade. -----

PONTO OITO = apreciação e eventual autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----

- **Carta de Compromisso de Investimento Social**, a liquidar a “Torrance Center Portugal”. Despesa prevista para 2020 – 4.000,00€ e para 2021 – 4.000,00€. Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Paulo Matos pediu esclarecimentos sobre este compromisso, tendo o senhor presidente passado a palavra à senhora vereadora Graciosa Chambel. -----

A senhora vereadora explicou que se trata de um projeto de parceria, no âmbito da formação de quadros de forma diferenciada no âmbito das bibliotecas e tecnologias da informação. -----

- **Aquisição de serviços de consultoria técnica e financeira, por um período de 18 meses**. Ajuste direto a “Smart Vision – Assessores e Auditores Estratégicos, Lda”. Despesa prevista para 2020 – 7.898,15€ (IVA incluído) e para 2021 – 15.796,30€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Paulo Matos questionou o objetivo da prestação de serviços, tendo o senhor presidente informado que se trata de apoio técnico, à divisão financeira, para implementação do SNC-AP. -----

Paulo Pinheiro
[Assinatura]

- **Aquisição de pneus em regime contínuo, pelo período de 12 meses.** Consulta prévia. Despesa prevista para 2020 – 27.989,41€ (IVA incluído) e para 2021 – 27.989,41€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Manutenção de elevadores da Biblioteca Municipal, Museu das Mantas, Edifício dos Paços do Concelho e Escola Básica de Gavião.** Ajuste direto à empresa “Thyssen Krupp Elevadores, S.A.”. Despesa prevista para 2020 – 1.894,20€ (IVA incluído), 2021 – 3.247,00€ (IVA incluído) e 2022 – 1.353,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Contratação de prestação de serviços de consultoria jurídica com “A.R. Montalvo, Sociedade de Advogados, RL”.** Despesa prevista para 2020 (agosto a dezembro) – 6.150,00€ (IVA incluído) e para 2021 (janeiro a julho) – 8.610,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Paulo Matos salientou que o município já dispõe de uma jurista, pelo que questionou se haverá necessidade de contratar esta prestação de serviços. -----

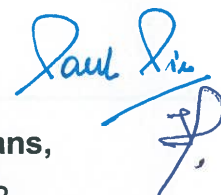
O senhor presidente da câmara sublinhou que a jurista dá resposta à maior parte das necessidades, mas esta técnica não pode representar o município em tribunal. Para além disso, o gabinete também presta apoio quando o volume de trabalho é mais alto, ou para processos de âmbito mais específico. -

- **Empreitada de “reabilitação do edifício do antigo Seminário de Gavião”.** Concurso público. Despesa prevista para 2020 – 50.000,00€ (IVA incluído à taxa de 6%), 2021 – 735.589,00€ (IVA incluído à taxa de 6%) e 2022 – 543.529,80€ (IVA incluído à taxa de 6%). Aprovado por unanimidade. -----

- **Empreitada do “Percurso Pedestre – PR8 “Rota da Sirga”.** Concurso público. Despesa prevista para 2020 – 40.000,00€ (IVA incluído à taxa de 6%) e para 2021 – 259.903,89€ (IVA incluído à taxa de 6%). Aprovado por unanimidade. -----

- **Empreitada de “ampliação da rede de esgotos de Torre Cimeira e da Torre Fundeira”.** Concurso público. Despesa prevista para 2020 – 50.000,00€ (IVA incluído à taxa de 6%) e para 2021 – 150.859,38€ (IVA incluído à taxa de 6%). Aprovado por unanimidade. -----

A assembleia municipal apreciou ainda a autorização prévia da **recalendarização** dos seguintes compromissos plurianuais: -----



- **Requalificação do edifício sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, incluindo arranjo paisagístico da envolvente.** Adjudicatário – “4MB – Construções Lda”. Valor comprometido em 2020 – 380.431,40€ (IVA incluído), valor a recalendarizar para 2020 - -340.431,00€ (IVA incluído), valor a recalendarizar para 2021 – 230.626,03€ (IVA incluído) e valor a recalendarizar para 2022 – 109.805,37€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Construção da Incubadora de Empresas Não Tecnológicas de Gavião.** Adjudicatário – “4MB – Construções, Lda”. Valor comprometido em 2020 - 638.140,77€ (IVA incluído), valor a recalendarizar em 2020 - -181.534,67€ (IVA incluído), valor a recalendarizar para 2021 – 181.534,66€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Revisão do projeto de melhoria do comportamento térmico e eficiência energética do edifício da piscina coberta de Gavião.** Adjudicatário – “J.C. Bartolomeu – Instalações Elétricas, Lda”. Valor comprometido em 2020 – 687.063,07€ (IVA incluído), valor a recalendarizar em 2020 - -337.741,98€(IVA incluído), valor a recalendarizar para 2021 – 349.321,09€ (IVA incluído); Aprovado por unanimidade. -----

- **Apoio financeiro concedido ao Clube Gavionense.** Valor comprometido para 2020 – 30.000,00€; valor a recalendarizar – 5.000,00€ (já pago em 2020 – 15.000,00€; a liquidar -5.000,00€). Aprovado por maioria, com a abstenção do deputado Paulo Matos, que apresentou declaração de voto, informando não ter recebido a documentação que fundamenta os valores em apreciação. -----

O senhor deputado Paulo Matos questionou a que atividades se destinava o apoio. -----

O senhor presidente da câmara salientou que o município não apoia exclusivamente o futebol sénior. Informou que foi solicitado ao Clube Gavionense a identificação das despesas que tem para manter a atividade na próxima época. Referiu que a recalendarização corresponde a uma diminuição no valor concedido, porque houve uma interrupção das atividades. Houve outros grupos que também viram os apoios reduzidos (Banda Juvenil e Universidade Sénior). Por exemplo, o Grupo de Cantares “Terras de Guidintesta” comunicou que não iria participar na Europeade, pelo que não recebeu o apoio destinado a essa atividade. Houve outras associações que já



tinham recebido a totalidade do apoio financeiro e o valor será descontado na atribuição do próximo apoio solicitado. -----

PONTO NOVE = apreciação e eventual aprovação da proposta de constituição do sistema intermunicipal dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais; -----

A Assembleia Municipal de Gavião tomou conhecimento da Proposta n.º 01/2020, bem como de todos os anexos à mesma, apresentada pela câmara municipal, relativa à autorização para a criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, à constituição de empresa intermunicipal para a gestão do mencionado sistema intermunicipal e outros assuntos conexos. -----

Após análise, a Assembleia Municipal de Gavião, ao abrigo e para os efeitos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redação atualmente em vigor, deliberou concordar com a referida proposta, autorizando e aprovando todos os atos submetidos à sua apreciação. -----

PONTO DEZ = relatórios mensais de progressão da “Empreitada de Promoção de Habitação Social de Qualidade (reabilitação de 7 edifícios);

A assembleia municipal tomou conhecimento dos relatórios mensais de progressão 01/2019, 02/2019, 03/2019, 04/2019, 05/2019, 06/2019, 07/2019, 08/2020, 09/2020, 10/2020 e 11/2020 relativos à “Empreitada de Promoção de Habitação Social de Qualidade (reabilitação de 7 edifícios). -----

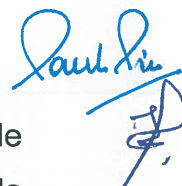
O senhor presidente da câmara informou que a empreitada decorre a bom ritmo e que tudo indica que no feriado municipal já estarão finalizadas. -----

PONTO ONZE = relatórios mensais de progressão da “Empreitada de Construção da Incubadora de Empresas Não Tecnológicas de Gavião”;

A assembleia municipal tomou conhecimento dos relatórios mensais de progressão 01/2019, 02/2019, 03/2019, 04/2020, 05/2020 e 06/2020 da “Empreitada de Construção da Incubadora de Empresas Não Tecnológicas de Gavião”. -----

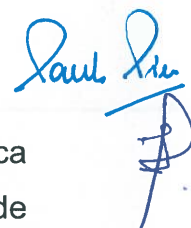
O senhor presidente da câmara comunicou que a obra está com um atraso correspondente a um valor de 150 mil euros. -----

PONTO DOZE = COVID-19; -----



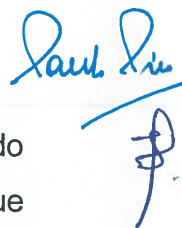
O senhor presidente da câmara informou que foi criada uma comissão de acompanhamento composta pelos membros do executivo municipal, a chefe da divisão financeira, o chefe da divisão de obras, o encarregado-geral e o comandante dos bombeiros. Numa primeira fase procedeu-se ao encerramento dos serviços e edifícios municipais. Foi sempre dado cumprimento às recomendações da Direção Geral de Saúde. No momento atual, o funcionamento dos serviços voltou à normalidade e todos os equipamentos estão abertos ao público, à exceção dos parques infantis, parques séniores e parques desportivos. O encerramento dos parques deve-se à dificuldade em manter a higienização adequada dos equipamentos. Foram colocados dispensadores de álcool-gel junto às caixas de multibanco e brevemente serão colocados também junto aos locais de culto. Tem existido sempre articulação com as entidades responsáveis, de nível distrital e nacional. Afirmou esperar que se mantenha a inexistência de casos no concelho, mas não será fácil. Afirmou que uma das suas preocupações é a Praia do Alamal, que recebe sempre muitos visitantes/utilizadores. Procurando reforçar a segurança do Passadiço do Alamal, serão colocados dispensadores de álcool-gel no início e no fim do passadiço. -----

O senhor deputado António Estevinha interveio para salientar que o executivo municipal, tal como as juntas de freguesia demonstraram uma excelente capacidade de resposta e de criação de sinergias na prevenção e na proatividade desta pandemia. Foi provado cabalmente a importância das juntas de freguesia no contexto do interior de Portugal. Foram dadas respostas ao nível da saúde, ação social, educação, apoio às empresas, fundamentais para este primeiro embate. Afirmou que o inimigo continua a pairar por aí e não quis deixar de dar uma palavra de ânimo e estímulo a quem não parou e não pára, que tem trabalhado diariamente e lidado com esta situação complicada e inédita na nossa democracia: aos profissionais de saúde, aos profissionais e utentes da Santa Casa da Misericórdia e IPSS's, não esquecendo as suas direções, aos Bombeiros Voluntários de Gavião, aos funcionários da autarquia, ao Agrupamento de Escolas (pessoal docente e não docente), à GNR, às Forças Armadas, à equipa do CLDS, às demais entidades e associações envolvidas. A todos deixou um abraço e uma palavra de estímulo. -----



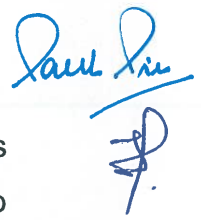
O senhor deputado Paulo Matos afirmou considerar que, em relação à época conturbada que atravessamos, a Câmara Municipal de Gavião e as juntas de freguesia têm tido um comportamento adequado. Salientou o papel relevante das juntas de freguesia. Ainda assim, manifestou algumas preocupações. Referiu que no início da pandemia não havia regras como a utilização de máscaras ou álcool-gel. Algumas pessoas pensam apenas numa solução individual e considera que os políticos devem apelar à responsabilidade dos cidadãos. Afirmou que o presidente da Câmara Municipal de Gavião não o fez, como outros presidentes fizeram. Afirmou que a precaridade no concelho tem aumentado e verifica-se uma grande pressão sobre a restauração e a hotelaria. Manifestou a sua preocupação com o investimento no “Gavião Nature Village”, mas também com a Santa Casa da Misericórdia de Gavião, o Centro Social Berverense e o Centro Social de Margem. Alertou para a necessidade do município ajudar os visitantes a sentirem-se seguros, monitorizando os espaços públicos como a Praia do Alamal, a Ribeira da Venda e os museus. Questionou o que se pretende fazer em relação ao hospital de campanha, instalado no pavilhão municipal, quando tiver início o ano letivo. Abordou ainda a preocupação com o início da época de incêndios. Salientou que há locais que não foram limpos, devido ao período de confinamento. Ele próprio percorreu caminhos vicinais e verificou que existem árvores derrubadas e falta de limpeza. Referiu que o deputado Duarte Marques, do PSD fez saber que os meios aéreos não estavam alocados ao concelho. -----

O senhor presidente da câmara começou por fazer referência ao seu comunicado divulgado no período da Páscoa, em que apelou aos não residentes para evitarem virem para o concelho. Salientou que não se sente bem a apelar aos turistas para não virem para o concelho, depois de ter feito anteriormente tantos apelos para virem. Como até ao momento não houve casos no concelho, tem procurado manter alguma descrição. Assegurou que tem havido sempre muita preocupação com o setor social. Logo no início quando era difícil adquirir EPI, o município adquiriu máscaras e viseiras e ofereceu aos lares. Deixou também um agradecimento ao senhor Manuel Rui Azinhais Nabeiro, que ofereceu máscaras e viseiras para esse fim. Informou que, entretanto, o município adquiriu mais de 10 mil máscaras, tendo 5 mil sido distribuídas à população nos kits de higienização, que também foram



distribuídos nesta data aos deputados municipais. Relativamente ao tecido empresarial, informou que algumas empresas recorreram ao layoff e pelo que sabe os pagamentos aos trabalhadores, por parte do ISS têm decorrido com normalidade. Frisou que foi efetuada uma reunião com os agentes económicos, em colaboração com a ADRAL, para esclarecimento de dúvidas. Foi também na referida reunião apresentado o Gabinete de Apoio às Empresas de Gavião. Informou também que manifestou, junto do Secretário de Estado da Coesão, o seu desacordo com a obrigação de as empresas terem escrita organizada para se candidatarem ao Programa Adaptar (até 5.000€). Relativamente à época de incêndios, esclareceu que a afirmação sobre os meios aéreos não corresponde à realidade. No aeródromo de Ponte de Sôr já estão estacionados dois aviões. O que não está ainda disponível é o helicóptero que costuma estar em Portalegre, devido a atraso no concurso público. Saliu que o concelho de Gavião não é abrangido por esse helicóptero. Os concelhos de Gavião e Nisa estão cobertos pela ação dos helicópteros estacionados em Vila de Rei e Proença-a-Nova. Apesar de este ser um ano atípico, com a coordenação do senhor vice-presidente e do Gabinete Técnico Florestal, conseguiu-se que as brigadas de sapadores, da APFLOGAV, APFLOBEV e da CIMAA realizassem um excelente trabalho. Quanto às árvores caídas, sabe que ainda há situações de árvores que arderam nos incêndios, que têm vindo a cair, porque não foram cortadas pelos proprietários. Informou que no dia anterior os bombeiros tiveram que ir cortar uma dessas árvores que ameaçava cair na freguesia de Belver. Alertou para a necessidade de os privados identificarem essas situações. Saliu que os sapadores têm feito algumas intervenções que deveriam ser realizadas pelos proprietários. Quanto ao hospital de campanha, no início do ano letivo, a situação será avaliada. -----

O senhor deputado Júlio Catarino, pediu permissão para intervir na qualidade de técnico do Gabinete Técnico Florestal. Saliu que os incêndios que fustigaram o concelho em 2017 tiveram consequências muito más, mas se nesse ano não se tivesse realizado a habitual limpeza de terrenos, seria muito pior. Sublinhou que a própria lei determina a obrigação de proceder à limpeza dos terrenos. Existem locais que, este ano, já foram limpos 3 vezes, porque as condições atmosféricas têm sido favoráveis ao crescimento da vegetação. Referiu ainda que o deputado Duarte Marques fez as intervenções referidas



pelo deputado Paulo Matos, mas o concelho dele, apesar de existirem muitos planos, foi um dos mais afetados pelos incêndios de 2017 e foi no nosso concelho que a situação foi dominada, devido à limpeza dos terrenos. -----

O senhor deputado Paulo Serras interveio para referir que no ano passado as bermas da freguesia de Comenda só foram limpas em setembro. Afirmou esperar que este ano sejam limpas mais cedo. -----

O senhor presidente da assembleia municipal agradeceu as intervenções. -----

PONTO TREZE = apreciação do pedido de suspensão de mandato do deputado Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês; -----

Com fundamento no parecer jurídico emitido pelos serviços municipais, foi colocado à apreciação da assembleia municipal o pedido de suspensão de mandato do deputado Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês, por um período de onze meses. Colocado a votação, o pedido foi aprovado por unanimidade. -

PONTO CATORZE = emissão de declaração de reconhecimento de interesse público municipal da instalação de centrais fotovoltaicas; -----

O senhor presidente da câmara apresentou o assunto e prestou todos os esclarecimentos necessários. Colocado a votação, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade: -----

- Emitir Declaração de Interesse Público Municipal para a Instalação da Central Fotovoltaica em Polvorão; -----

- Emitir Declaração de Interesse Público Municipal para a Instalação da Central Fotovoltaica em Margalha. -----

PONTO QUINZE = apreciação e eventual aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal 2020; -----

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal 2020. -----

O senhor presidente da câmara informou que a alteração não envolve um substancial aumento do número de trabalhadores. Serão criados apenas 3 novos lugares: um arquiteto, um engenheiro civil e um técnico na área da gestão de recursos humanos. O objetivo será permitir a progressão de assistentes operacionais, por mobilidade. -----

PONTO CATORZE = diversos. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio para manifestar a sua preocupação com a segurança no concelho de Gavião. Referiu o caso de uma viatura, propriedade de um GNR, vandalizada na via pública. Referiu que no dia 3 de

julho, o ambientalista Arlindo Marques alertou, mais uma vez para a poluição no Rio Tejo. Por último alertou para o facto do Plano Municipal de Proteção Civil, remetido aos deputados, referir a pista de aviação da Comenda como suporte e o local se encontrar com sobreiros plantados, inviabilizando a utilização para o fim a que se refere o documento. -----

O senhor presidente da câmara informou que também ele constatou a poluição no Tejo. Disse que já efetuou algumas diligências junto das entidades competentes. Manifestou a sua preocupação pelo facto da Praia do Alamal não constar na listagem de praias fluviais da APA - Agência Portuguesa do Ambiente. O motivo foi o elevado número de análises com valores anómalos em 2019. Informou que, em termos práticos, a principal alteração será o facto da APA ter de aprovar a presença de nadadores-salvadores na praia. Salientou que, aos longo dos anos e já com anteriores executivos, a Câmara Municipal de Gavião tem tentado instalar uma ETAR no Alamal. Por outro lado, a existência da colónia de patos no Alamal e os dejetos dos mesmos, prejudicam a qualidade da água. -----

Sublinhou que também está preocupado com a questão da segurança. Afirmou saber que houve uma festa numa garagem com cidadãos de etnia cigana, que motivou uma queixa à GNR devido ao ruído. A GNR esteve no local e verificou a existência de colunas com elevada capacidade. Havia muito ruído, mas não foi detetada a existência de estupefacientes. Informou que já reportou o assunto à Comissão Distrital de Proteção Civil e o representante da GNR sugeriu que fosse pedida a ação da Brigada de Intervenção. A população tem vindo a manifestar medo, por outras situações, mas não têm sido apresentadas queixas, por medo de represálias. Afirmou temer o aumento da insegurança e salientou que esta situação pode vir a condicionar a atribuição das casas do PAICD. Assegurou que o executivo está atento e tem feito tudo o que lhe compete. -----

Não havendo mais intervenções dos deputados, o senhor presidente da mesa da assembleia questionou se algum membro do **público** pretendia intervir. -----
Não se registando qualquer intervenção, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade no final da sessão e que vai ser assinada pelo

presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, primeira secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O presidente da assembleia municipal



(Prof. Paulo Manuel Alfaiate Pires))

A primeira-secretária



(Isabel Maria Dias Martins)